



SERENCOVICH

**PARECER TÉCNICO**  
**APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO**  
**ESTATUTÁRIO**

**REFERÊNCIA:** processo nº1016701-38.2017.8.26.0482

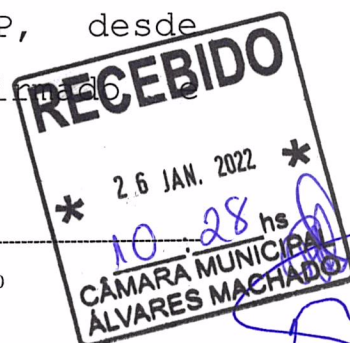
**SOLICITAÇÃO:** Câmara Municipal de Alvares Machado/SP.

**ASSUNTO:** Aposentadoria de Servidor Público Municipal Estatutário.

**HISTÓRICO FUNCIONAL DO SERVIDOR \*  
APOSENTADORIA**

O senhor **Paulo José Vilalva Martins**, é servidor público municipal, no município de Alvares Machado/SP, desde 01/04/1983, período este confirmado e reconhecido por decisão judicial.

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

Desempenhou suas atribuições junto ao Executivo Municipal, entre o período de 01/04/1983 a 31/12/1985, sendo este o último servidor estatutário do Município.

A partir de 01/01/1986 passou a ter a sua lotação junto ao Legislativo Municipal, ainda atuante, na função de escriturário.

Destarte, para fins de aposentadoria no município o servidor conta atualmente com 38 anos, 09 meses e 25 dias (25/01/2022).

Aparta que na data de 24/05/2017, requereu administrativamente o servidor, a sua aposentadoria proporcional, nos termos da alínea "c" do Inciso III, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 220 e seguintes, da Lei Complementar 1.200/78, Estatuto dos Servidores Públicos de Alvares Machado/SP.





SERENCOVICH

Na data de 07/08/2017, teve ciência do respeitável despacho do Presidente da Câmara Municipal, indeferindo pretensão de aposentadoria por entender que não preenchia os requisitos legais, naquela época.

Em ato contínuo, na data de 21/09/2017 o servidor ajuizou um mandado de segurança, postulando seu direito líquido e certo, junto a Comarca de Presidente Prudente/SP, cujo feito recebeu a numeração 1016701-38.2017.8.26.0482.

Destaca o servidor, que neste ato, pretendia juntar o período de trabalho rural devidamente homologado por decisão judicial, nos termos da peça propedêutica.

Contudo, na data de 03/04/2018, foi publicada a sentença de mérito improcedente, em face aos pedidos postulados pelo servidor.

O fâmulos recorreu da decisão do Magistrado "a quo", obtendo em decisão



SERENCOVICH

monocrática pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a anulação da respeitável sentença em 26/07/2018.

Em sequência a anulação de veneranda decisão, novamente foi proferida abalizada decisão em 25/10/2018 pelo Douto Juízo "a quo", ocasião em que foi julgado parcialmente procedente os pedidos do autor, no presente mandado de segurança, fazendo-o para o fim de conceder em parte a ordem postulada, no sentido de reconhecer que o período em que o impetrante laborou como auxiliar de escritório junto à Prefeitura Municipal de Álvares Machado, ou seja, entre 01/04/1983 a 31/12/1985, cujo período deve ser computado para fins de aposentadoria, cabendo à Administração a análise dos demais requisitos para a concessão da aposentadoria pretendida. (sublinhei)

Apenas a título de conhecimento, é de suma importância relatar que na data de 01/04/2018, o servidor não era detentor de todos os requisitos



SERENCOVICH

exigidos, para a concessão da sua aposentadoria integral, **entre eles, a idade.** (negritei)

Da contemporânea decisão, houve apresentação de recurso de apelação por parte da Câmara Municipal, que foi julgado improcedente em 17/05/2019, mantendo na íntegra a decisão "a quo" proferida.

autol  
e  
não CM

Em abraçada, foi apresentado embargos de declaração, não debelando efeito modificativo no conteúdo da decisão proferida.

Em ato contínuo, na data de 22/07/2019, a Câmara Municipal interpôs Recurso Extraordinário, requerendo provimento em decorrência da violação ao art. 40, caput, inciso III, alíneas "a" e "b" e §4º, art. 149, caput, § 1º e art. 195, caput, incisos I, II e § 5º da Constituição Federal (com a nova redação dada pela EC 20/1998, 41/2003, 47/2005), bem como a Súmula 359 do STF, objetivando,





SERENCOVICH

a anulação ou reforma da decisão recorrida, e que sejam esclarecidos todos os pontos omissos e julgados improcedentes sobre os pedidos da petição inicial.

Por extremo, sendo pronunciada a venerável decisão, ocasião em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual, de 14 a 21/5/2021, por maioria, negou provimento ao agravo, com majoração de honorários advocatícios ao máximo legal em desfavor da parte recorrente, caso as instâncias de origem os tenham fixado (artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil), observados os limites dos §§ 2º e 3º e a eventual concessão de justiça gratuita, nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux (Presidente), vencido o Ministro Marco Aurélio. Afastada a aplicação da multa porquanto não atingida a unanimidade prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC.

Diante do *ex positis*, os autos retornaram a vara de origem, para o



SERENCOVICH

devido cumprimento, advertindo que, cabe à administração a análise dos outros requisitos.

Destaca ainda, o presente alvitre, que deverá ser abordado cada decisão, mais adiante.

#### **DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

A *priori*, é relevante fazer constar no presente parecer, toda a legislação municipal em face ao caso em tela, que dispõe sobre a aposentadoria de servidores estatutários do município de Alvares Machado/SP.

Devendo, portanto, abordar as leis em seu grau de hierarquia municipal, iniciando pela Lei Orgânica do Município de Alvares Machado/SP.

#### **DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**



SERENCOVICH

A Lei Orgânica do Município de  
Alvares Machado/SP, em seus valorosos termos  
assim dispõe:

Art. 2º - São poderes  
do Município,  
independentes e  
harmônicos entre si, o  
Legislativo e o  
Executivo.

Art. 6º - Ao Município  
compete prover a tudo  
quanto diga respeito ao  
seu peculiar interesse  
e ao bem-estar de sua  
população, cabendo-lhe  
privativamente, dentre  
outras, as seguintes  
atribuições:

XI - Organizar o quadro  
e estabelecer o regime  
jurídico único dos  
servidores públicos;

Disciplinou também a LOM, que  
o regime jurídico dos servidores municipais,  
deve ser instituído, através de leis





complementares, cuja aprovação depende de votação com maioria absoluta.

Art. 34 - As leis complementares serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observadas os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

V - Lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

Aludiu ainda, a Lei Orgânica, que a iniciativa do projeto de lei sobre servidores, regime jurídico, cargos, estabilidade e aposentadoria, é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal.



SERENCOVICH

---

Art. 35 - São de iniciativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:

II - Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Art. 54 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

II - Representar o Município em Juízo ou fora dele.

IX - Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquias ou fundações públicas;



SERENCOVICH

Art. 66 - Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

V - Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

Art. 67 - O município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta das autarquias e das fundações públicas.

Exalta a Lei Orgânica do Município, as regras sobre a aposentadoria dos servidores municipais de Alvares Machado/SP, em seu art.68:

Art. 68 - O servidor será aposentado:





SERENCOVICH

III - Voluntariamente:

a) Aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) Parágrafo terceiro - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

c) Parágrafo quarto - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendido aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.



SERENCOVICH

Autoriza a Lei Orgânica, a criação de autarquia, porém, no ato da criação que instituiu o regime próprio de previdência, não foi criada nenhuma autarquia, para gerenciar os recolhimentos e outras obrigações.

Art. 70 - A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo segundo - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município se classificam em:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades



SERENCOVICH

típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

Art. 98 - O município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência Social.

Art. 109 - A lei orçamentária anual compreenderá:

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.





SERENCOVICH

Art. 127 - Compete ao Município suplementar se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 2º - O Município deverá adaptar às normas constitucionais e às desta lei Orgânica, dentro de um ano:

III - O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

No caso em tela, entendeu o gestor que em decorrência da ausência da criação da autarquia para gerenciar os descontos da previdência própria municipal, não havia necessidade de recolher as contribuições para seus cofres.

E tão pouco foi descontado o percentual devido ao servidor, salvo após orientação do TCESP, para contribuir para o



SERENCOVICH

Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

Na súplica judicial realizada pelo servidor, destacando que resta incontroverso ser o servidor estatutário nomeado em **01/01/1986**, portanto, **anteriormente à Emenda Constitucional n.º 20/98**, sendo-lhe facultado a aposentadoria proporcional, já que tem mais de 53 (cinquenta e três) anos de idade e mais de 30 (trinta) anos de efetivo exercício do cargo que ocupa, o que desde já se requer, alternativamente, se não averbado todo o tempo de serviço rural e no regime celetista, devendo ser observado o art. 68, III, alínea "c" da Lei Orgânica Municipal.

Como não poderia ser diferente, a Emenda Constitucional n.º 103 prevê expressamente a proteção do direito adquirido dos segurados que preencham os requisitos para obtenção de benefícios até a data da sua promulgação, ainda, que o



SERENCOVICH

benefício seja requerido em momento posterior à mudança das regras.

O alerta necessário, é no sentido de lembrar que, aos segurados que ainda não haviam preenchido todos os requisitos, para requerer a aposentadoria, que não configuram direito adquirido, pois, na falta de direito a gozar do benefício até a EC, o caso em tela não se trata de direito adquirido, mas sim, de mera expectativa de direito.

Exatamente este é o ponto, que pela extensão da proteção às relações e fatos jurídicos já consolidados, mas que, não se enquadram enquanto preenchidos todos os requisitos para concessão de benefício.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, já asseverou que inexistente direito adquirido a regime jurídico previdenciário, sendo aplicável o princípio do *tempus regit actum* nas relações previdenciárias.



SERENCOVICH

Portanto, o servidor não pode invocar o dispositivo 68, contido na Lei Orgânica do Município do Alvares Machado, pois, não era detentor de direito adquirido à época, porquanto, não atendia os plenos requisitos, vez que a Emenda Constitucional 20/1998, tornou sem validade a redação do artigo 68 da Lei Orgânica do Município de Alvares Machado/SP, que adveio a ter vigência com a seguinte redação.

"Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro





SERENCOVICH

e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de



SERENCOVICH

contribuição, se  
mulher;

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.



SERENCOVICH

**DA LEI MUNICIPAL 1.200/1978 - ESTATUTO DOS  
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE  
ALVARES MACHADO.**

É de relevante importância destacar, que durante o ato de nomeação do servidor Paulo José Vilalva Martins, o Regime Jurídico Único dos Servidores, era regido pela Lei Municipal nº1.200/1978, que se encontra com dispositivos ainda em vigor, e outros dispositivos revogados expressamente pela Lei 2.476/2006, entre eles, os artigos 119 a 127, 151 a 154 e 220 a 228, que dispõem sobre aposentadoria do servidor.

CAPÍTULO VI

Da Aposentadoria.

Art.220 - O  
funcionário será  
aposentado:

- I - Compulsoriamente;
- II - A pedido.



SERENCOVICH

Art.221 - O  
funcionário ocupante  
de cargo de provimento  
efetivo ou em  
disponibilidade, será  
aposentado

compulsoriamente:

I - Quando atingir a  
idade de setenta anos,  
ou outra inferior que  
a lei estabelecer para  
determinados cargos ou  
carreiras, em virtude  
da natureza especial  
de suas atribuições;

II - Quando invalidar-  
se por acidente  
ocorrido em serviço  
por moléstia  
profissional, ou  
doença grave,  
contagiosa ou  
incurável.

III - Quando, depois,  
de haver obtido  
licença para  
tratamento de saúde,  
pelo prazo de quatro  
anos, for julgado  
totalmente incapaz





SERENCOVICH

para o serviço público.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no item II do artigo anterior, considera-se:

- a) Doença grave incurável, a tuberculose ativa, alienação mental, cardiopatia grave, pênfigo foliáceo, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave ou qualquer outra doença que torne o funcionário incapaz definitivamente para o serviço público.
- b) Doença contagiosa, toda e qualquer doença prolongada e incurável que possa, comprovadamente, contaminar os servidores, ou em



SERENCOVICH

geral, as pessoas que  
afluírem a repartição.

Art.222 - A  
aposentadoria  
dependente de inspeção  
médica só será  
concedida depois de  
verificada a  
impossibilidade ou a  
justificado  
inconveniente do  
aproveitamento do  
funcionário em outras  
funções condignas e  
compatíveis com a sua  
capacidade física e  
intelectual.

Parágrafo 1 - O laudo  
da junta médica deverá  
mencionar a ocorrência  
das hipóteses  
previstas nos itens II  
ou III do artigo 221  
e, ainda, declarar se  
o funcionário se  
encontra invalido para  
o exercício do cargo  
ou para o serviço  
público municipal em  
geral.



SERENCOVICH

Parágrafo 2 - A junta médica, ou o ato que conceder a aposentadoria, poderá determinar que o funcionário aposentado na forma dos itens II e III do artigo 221 seja submetido periodicamente a nova inspeção médica, para o fim de reversão compulsória, observado o parágrafo 2 do artigo 184.

Art.223 - Será aposentado a pedido, independentemente de inspeção médica de saúde, o funcionário que contar trinta e cinco anos de efetivo exercício, se do sexo masculino e trinta anos, se do feminino.

Art.224 - O provento da aposentadoria será:

I - Igual ao vencimento da atividade, nos casos



SERENCOVICH

dos itens II e III do artigo 221.

II - Proporcional ao tempo de serviço, na razão de um trinta avos por ano, no caso do item I do artigo 221.

Parágrafo único - O provento da aposentadoria não poderá ser inferior a um terço do vencimento da atividade.

Art.225 - O funcionário que contar trinta e cinco anos de serviço público, se for do sexo masculino, e trinta anos, se do feminino, será aposentado a pedido:

I - Com proventos correspondentes aos vencimentos e Vantagens de seu cargo efetivo.

II - Com as vantagens da função gratificada,





SERENCOVICH

nos termos do artigo  
73.

Art.226 - As  
disposições relativas  
a aposentadoria  
aplicam-se ao  
funcionário em  
comissão, o qual só  
será aposentado com  
vencimentos  
proporcionais ao tempo  
de serviço.

Parágrafo 1 - Em se  
tratando de invalidez  
resultante de acidente  
do trabalho ou doença  
profissional, o  
provento da  
aposentadoria será  
igual ao vencimento da  
atividade qualquer que  
seja o tempo de  
serviço.

Parágrafo 2 - Para  
efeito de concessão de  
aposentadoria  
equipara-se ao  
ocupante do cargo de  
provimento efetivo o  
funcionário em



SERENCOVICH

comissão que contar  
com mais de quinze  
anos do exercício  
efetivo e ininterrupto  
em cargo de provimento  
dessa natureza, seja  
ou não ocupante de  
cargo de provimento  
efetivo.

Art.227 - A  
aposentadoria

produzira efeito a  
partir da publicação  
do ato correspondente.

Parágrafo 1 - No caso  
de aposentadoria por  
implemento de idade, o  
funcionário deixara o  
exercício no dia em  
que completar a idade  
limite, devendo o ato  
retroagir a essa data.

Parágrafo 2 - Na  
aposentadoria por  
doença ou invalidez, o  
ato retroagira,  
conforme o caso, a  
data do término da  
licença ou da



SERENCOVICH

verificação da  
invalidez.  
Art.228 - Qualquer  
alteração de  
vencimentos dos  
funcionários em  
atividades, em virtude  
de medida geral, será  
extensiva aos  
proventos dos  
inativos, na mesma  
proporção.

Advertindo ainda, que a lei  
Orgânica do Município de Alvares Machado,  
foi promulgada em 05/04/1990, ou seja,  
posterior a sanção da Lei Municipal  
nº1.200/1978 e da Constituição/88.

**DA LEI MUNICIPAL 2.476/06 - INSTITUI O  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO.**

No exercício de 2006, houve  
alteração em relação a legislação  
Previdenciária dos Servidores Estatutários  
Municipais, observando os termos da Emenda



SERENCOVICH

Constitucional 20/98, devendo a  
municipalidade assumir todas as obrigações  
inerentes a previdência social dos  
servidores municipais. Senão Corramos:

Art. 6º - São  
segurados do RPPS:

I - O servidor público  
titular do cargo  
efetivo dos órgãos dos  
Poderes Executivo e  
Legislativo, suas  
autarquias, inclusive  
as de regime especial  
e Fundações Públicas;

Na aludida Lei, abrangeu os  
servidores do Executivo e do Legislativo.

Estabeleceu, ainda, que a  
inscrição se dá de forma automática, com a  
investidura no cargo.

Art. 10 - A inscrição  
do segurado é  
automática e ocorre  
quando da investidura  
no cargo.





SERENCOVICH

Disciplinou quanto as fontes de custeio do RPPS.

Art. 12 - São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

I - Contribuição previdenciária do município;

II - Contribuição previdenciária dos segurados ativos;

§2º - As receitas que tratam este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS.

Art. 13 - As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos I e II do artigo 12, serão de 22% e 11% respectivamente,



SERENCOVICH

incidentes sobre a  
totalidade da  
remuneração de  
contribuição.

§6º - O município é o  
responsável pela  
cobertura de eventuais  
insuficiências  
financeiras do RPPS,  
decorrentes do  
pagamento de  
benefícios  
previdenciários.

Art. 14 - A  
contribuição  
previdenciária de que  
trata o inciso III do  
art. 12, será de 11%  
incidentes sobre a  
parcela que supere o  
valor do teto  
estabelecido para os  
benefícios de  
aposentadoria e pensão  
concedidas pelo regime  
geral de previdência  
social.



SERENCOVICH

§4º - Os valores mencionados no caput do §1º, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

O artigo 18 da Lei 2.476/2006, faz obedecer os benefícios, entre eles a aposentadoria por idade e tempo de contribuição, e tempo na função, que é o tema basilar deste parecer.

Art. 18 - O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - ...

c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;

Os requisitos no caso em tela exigidos pelo inciso III, primeira parte, do artigo 21 da Lei 2.476/2006.

Art. 21 - O segurado fará jus a



SERENCOVICH

aposentadoria  
voluntária por idade e  
tempo de contribuição  
com proventos  
calculados na forma  
prevista do art. 47,  
desde que preencha,  
cumulativamente, os  
seguintes requisitos:  
I - tempo mínimo de  
dez anos de efetivo  
exercício no serviço  
público municipal;  
II - tempo mínimo de  
cinco anos de efetivo  
exercício no cargo em  
que dará a  
aposentadoria; e  
III - sessenta anos de  
idade e trinta e cinco  
anos de tempo de  
contribuição, se  
homem, e cinquenta e  
cinco anos de idade e  
trinta anos de tempo  
de contribuição, se  
mulher;

Portanto, preenchendo todos  
os requisitos insculpidos no artigo 21 da

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano - CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente - CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

Lei Municipal nº 2.476/2006, faz jus o servidor que requerer, aos proventos integrais, ou seja, devendo perceber os benefícios que compreendem a sua total remuneração.

Art. 42 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 21, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 41, o segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão a totalidade da remuneração do servidor no cargo



SERENCOVICH

efetivo em que se der  
a aposentadoria  
quando, observadas as  
reduções de idade e  
tempo de contribuição  
contidas no §1º do  
art. 21, vier a  
preencher,  
cumulativamente, as  
seguintes condições:

- I - sessenta anos de  
idade se homem e  
cinquenta e cinco anos  
de idade se mulher;
- II - trinta e cinco  
anos de contribuição  
se homem e trinta anos  
de contribuição se  
mulher;
- III - vinte anos de  
efetivo exercício no  
serviço público  
federal, estadual,  
distrital ou  
municipal;
- IV - dez anos de  
carreira e cinco anos  
de efetivo exercício  
no cargo em que se der  
a aposentadoria.



SERENCOVICH

Parágrafo único - Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.



SERENCOVICH

A redação do artigo 43 da Lei Municipal nº2.476/2006, reafirma os direitos deste servidor, já garantidos pelos artigos 21, 41 e 42 da aludida Legislação Municipal, vez que, ingressou ao serviço público, anterior à data de 16/12/1998.

Art. 43 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas, pelo art. 21 ou pelas regras estabelecidas pelos art. 41 e 42 desta lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público na união, estado, distrito federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as





SERENCOVICH

seguintes condições:  
(negritei)

I - Trinta e cinco anos de contribuição se homem, e trinta anos de contribuição se mulher;

II - Vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

III - idade mínima resultantes da redução, relativamente aos limites de idade dos art. 21, II de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.  
Parágrafo único -  
Aplica-se ao valor dos proventos de



SERENCOVICH

aposentadorias  
concedidas com base  
neste artigo o  
disposto no art. 45,  
observando-se igual  
critério de revisão às  
pensões derivadas dos  
proventos de  
servidores falecidos  
que tenham se  
aposentado em  
conformidade com este  
artigo.

#### DO ABONO DE PERMANÊNCIA

A legislação municipal que instituiu o regime próprio, garantiu ainda, um abono de permanência ao servidor, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, ou seja, 11 (onze pontos percentuais) sobre a remuneração.

Art. 46 - O segurado  
ativo que tenha  
completado as  
exigências para  
aposentadoria



SERENCOVICH

voluntária  
estabelecidas nos  
artigos 21 e 41 e que  
se opte por permanecer  
em atividade, fará jus  
a um abono de  
permanência  
equivalente ao valor  
de sua contribuição  
previdenciária até  
completar as  
exigências para  
aposentadoria contidas  
no art. 20.

§1º...

§2º - O valor do abono  
de permanência será  
equivalente ao valor  
da contribuição  
efetivamente  
descontada do  
servidor, ou recolhida  
por este,  
relativamente a cada  
competência.

A redação deste artigo e seus  
parágrafos, acende um certo conflito em  
relação ao pagamento do abono ao servidor.



SERENCOVICH

A composição do parágrafo 2º, do artigo 46, da Lei 2.476/2006, primeira parte, disciplina que "o valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor." (sublinhei)

Diante dos fatos, é sabedor que não foram realizadas contribuições efetivamente descontadas do servidor ao instituto próprio. (sublinhei)

Contudo, a redação do parágrafo terceiro do artigo 46 da Lei Municipal 2.476/2006, estabelece de forma categórica que, "o pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município, e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e §1º, mediante opção pela permanência em atividade, caso seja possível." (sublinhei/negritei)





SERENCOVICH

§3º - O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no caput e §1º, mediante opção pela permanência em atividade.

Na legislação trabalhista, ou previdenciária, é sabedor que quando há algum conflito de interesses entre as disposições legislativas, deve-se sempre observada em prol do servidor, não podendo suportar nenhum prejuízo em razão de conflito de normas.

Porém, no direito público, somente é permitido o que a lei autoriza.

Neste sentido, entende este parecer que não faz jus o servidor perceber o abono de permanência estabelecido pela



SERENCOVICH

legislação municipal, após o cumprimento integral dos requisitos.

Para que seja sanada todas as dúvidas, não se pode olvidar que o trecho final da redação do parágrafo 3º, do artigo 46, da Lei 2.476/2006, ao mencionar em sua fina redação, que deve o servidor, a "opção pela permanência em atividade."

Neste diapasão, o §19, do artigo 40, da Constituição Federal, apresenta uma redação na mesma direção, portanto, de forma mais objetiva, pois, observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para



SERENCOVICH

aposentadoria compulsória, que atualmente é de 75 (setenta e cinco) anos de idade.

Destaca o presente parecer, que a opção pela permanência não exige formalidades, bastando apenas **a própria permanência em atividade**, que por si só, já demonstra a opção escolhida pelo servidor, já que ela é voluntária. (negritei)

Podendo ser ainda, involuntária, como no caso em tela, aguardando o cumprimento de uma decisão judicial, sobre o referido pedido de aposentadoria, postulado pelo servidor.

Diante do exposto, em decorrência da ausência de descontos efetivos ao RPPS do Município, o servidor não faz jus a este benefício.

**DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - REGIME DE PREVIDÊNCIA**



SERENCOVICH

A EC 20/98, acrescentou um novo capítulo na Carta Magna, que disciplinou novas regras em relação ao regime de previdência, sendo ela geral ou próprio, alterando os dispositivos contidos no artigo 37 e 40.

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998**

"Art. 37 -

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de





SERENCOVICH

livre nomeação e  
exoneração."

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:



SERENCOVICH

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:



SERENCOVICH

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS  
LEGISLATIVOS - CEDI**

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor,



SERENCOVICH

no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os





SERENCOVICH

casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de



SERENCOVICH

mais de uma  
aposentadoria à conta  
do regime de  
previdência previsto  
neste artigo.

§ 7º Lei disporá sobre  
a concessão do  
benefício da pensão  
por morte, que será  
igual ao valor dos  
proventos do servidor  
falecido ou ao valor  
dos proventos a que  
teria direito o  
servidor em atividade  
na data de seu  
falecimento, observado  
o disposto no § 3º.

§ 8º Observado o  
disposto no art. 37,  
XI, os proventos de  
aposentadoria e as  
pensões serão revistos  
na mesma proporção e  
na mesma data, sempre  
que se modificar a  
remuneração dos  
servidores em



SERENCOVICH

atividade, sendo  
também estendidos aos  
aposentados e aos  
pensionistas quaisquer  
benefícios ou  
vantagens  
posteriormente  
concedidos aos  
servidores em  
atividade, inclusive  
quando decorrentes da  
transformação ou  
reclassificação do  
cargo ou função em que  
se deu a aposentadoria  
ou que serviu de  
referência para a  
concessão da pensão,  
na forma da lei.

§ 9º O tempo de  
contribuição federal,  
estadual ou municipal  
será contado para  
efeito de  
aposentadoria e o  
tempo de serviço  
correspondente para  
efeito de  
disponibilidade.



SERENCOVICH

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e





SERENCOVICH

exoneração, e de cargo  
eletivo.

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA**  
**COORDENAÇÃO DE ESTUDOS**  
**LEGISLATIVOS - CEDI**

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime



SERENCOVICH

geral de previdência social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as



SERENCOVICH

normas gerais para a  
instituição de regime  
de previdência  
complementar pela  
União, Estados,  
Distrito Federal e  
Municípios, para  
atender aos seus  
respectivos servidores  
titulares de cargo  
efetivo.

§ 16. Somente mediante  
sua prévia e expressa  
opção, o disposto nos  
§§ 14 e 15 poderá ser  
aplicado ao servidor  
que tiver ingressado  
no serviço público até  
a data da publicação  
do ato de instituição  
do correspondente  
regime de previdência  
complementar."

No mês de dezembro de 2003,  
novamente houve alteração da matéria, com a  
EC 41.



**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO  
DE 2003**

"Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que





SERENCOVICH

trata este artigo  
serão aposentados,  
calculados os seus  
proventos a partir dos  
valores fixados na  
forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez  
permanente, sendo os  
proventos  
proporcionais ao tempo  
de contribuição,  
exceto se decorrente  
de acidente em  
serviço, **LEGISLAÇÃO  
CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS  
LEGISLATIVOS - CEDI**  
moléstia profissional  
ou doença grave,  
contagiosa ou  
incurável, na forma da  
lei;

§ 3º Para o cálculo  
dos proventos de  
aposentadoria, por  
ocasião da sua  
concessão, serão  
consideradas as



SERENCOVICH

remunerações  
utilizadas como base  
para as contribuições  
do servidor aos  
regimes de previdência  
de que tratam este  
artigo e o art. 201,  
na forma da lei.

§ 7º Lei disporá sobre  
a concessão do  
benefício de pensão  
por morte, que será  
igual:

I - ao valor da  
totalidade dos  
proventos do servidor  
falecido, até o limite  
máximo estabelecido  
para os benefícios do  
regime geral de  
previdência social de  
que trata o art. 201,  
acrescido de setenta  
por cento da parcela  
excedente a este  
limite, caso  
aposentado à data do  
óbito; ou



SERENCOVICH

II - ao valor da  
totalidade da  
remuneração do  
servidor no cargo  
efetivo em que se deu  
o falecimento, até o  
limite máximo  
estabelecido para os  
benefícios do regime  
geral de previdência  
social de que trata o  
art. 201, acrescido de  
setenta por cento da  
parcela excedente a  
este limite, caso em  
atividade na data do  
óbito.

§ 8º É assegurado o  
reajustamento dos  
benefícios para  
preservar-lhes, em  
caráter permanente, o  
valor real, conforme  
critérios  
estabelecidos em lei.

§ 15. O regime de  
previdência



SERENCOVICH

complementar de que  
trata o § 14 será  
instituído por lei de  
iniciativa do  
respectivo Poder  
Executivo, observado o  
disposto no art. 202 e  
seus parágrafos, no  
que couber, por  
intermédio de  
entidades fechadas de  
previdência  
complementar, de  
natureza pública, que  
oferecerão aos  
respectivos  
participantes planos  
de benefícios somente  
na modalidade de  
contribuição definida.  
§ 17. Todos os valores  
de remuneração  
considerados para o  
cálculo do benefício  
previsto no § 3º serão  
devidamente  
atualizados, na forma  
da lei.

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de



SERENCOVICH

permanência  
equivalente ao valor  
da sua contribuição  
previdenciária até  
completar as  
exigências para  
aposentadoria  
compulsória contidas  
no § 1º, II.

§ 20. Fica vedada a  
existência de mais de  
um regime próprio de  
previdência social  
para os servidores  
titulares de cargos  
efetivos, e de mais de  
uma unidade gestora do  
respectivo regime em  
cada ente estatal,  
ressalvado o disposto  
no art. 142, § 3º, X."  
(NR)

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 5 DE JULHO  
DE 2005**



SERENCOVICH

Faz constar no presente parecer, a EC 47 da Carta Magna, alterando os artigos 37, 40, 195 e 201 da CF/88, porém, grande parte da sua eficácia foi alterada pela EC 103, que se encontra vigente até a presente data.

Art. 1º Os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos



SERENCOVICH

Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores."

"Art. 40.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios



SERENCOVICH

diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - Portadores de deficiência;

II - Que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano - CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente - CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante." (NR)

### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103 de 2019**

Atualmente em relação ao Regime de Previdência Social, tanto próprio como geral, segue as diretrizes estabelecidas pela EC 103 de 2019.

No tocante as regras básicas para fins de concessão e cálculos de vencimentos de aposentadoria, ainda são disciplinados pela Legislação Municipal nº2.476/2006, nos termos anteriormente aplicados.

**Art. 40.** O regime próprio de previdência social dos servidores



SERENCOVICH

titulares de cargos  
efetivos terá caráter  
contributivo e  
solidário, mediante  
contribuição do  
respectivo ente  
federativo, de  
servidores ativos, de  
aposentados e de  
pensionistas,  
observados critérios  
que preservem o  
equilíbrio financeiro  
e atuarial.

§ 1º O servidor  
abrangido por regime  
próprio de previdência  
social será  
aposentado:

III - no âmbito da  
União, aos 62  
(sessenta e dois) anos  
de idade, se mulher, e  
aos 65 (sessenta e  
cinco) anos de idade,  
se homem, e, no âmbito  
dos Estados, do  
Distrito Federal e dos  
Municípios, na idade



SERENCOVICH

mínima estabelecida  
mediante emenda às  
respectivas  
Constituições e Leis  
Orgânicas<sup>1</sup>, observados  
o tempo de  
contribuição e os  
demais requisitos  
estabelecidos em lei  
complementar do  
respectivo ente  
federativo.

§ 3º As regras para  
cálculo de proventos  
de aposentadoria serão  
disciplinadas em lei  
do respectivo ente  
federativo.

§ 4º É vedada a adoção  
de requisitos ou  
critérios  
diferenciados para  
concessão de  
benefícios em regime  
próprio de previdência  
social, ressalvado o

---

<sup>1</sup> Ocorreu a repristinação do dispositivo 68 da Lei Orgânica ou Não?



SERENCOVICH

disposto nos §§ 4º-A,  
4º-B, 4º-C e 5º.

§ 8º É assegurado o  
reajustamento dos  
benefícios para  
preservar-lhes, em  
caráter permanente, o  
valor real, conforme  
critérios  
estabelecidos em lei.

§ 12. Além do disposto  
neste artigo, serão  
observados, em regime  
próprio de previdência  
social, no que couber,  
os requisitos e  
critérios fixados para  
o Regime Geral de  
Previdência Social.

§ 13. Aplica-se ao  
agente público  
ocupante,  
exclusivamente, de  
cargo em comissão  
declarado em lei de  
livre nomeação e  
exoneração, de outro  
cargo temporário,



SERENCOVICH

inclusive mandato  
eletivo, ou de emprego  
público, o Regime  
Geral de Previdência  
Social.

§ 17. Todos os valores  
de remuneração  
considerados para o  
cálculo do benefício  
previsto no § 3º serão  
devidamente  
atualizados, na forma  
da lei

§ 18. Incidirá  
contribuição sobre os  
proventos de  
aposentadorias e  
pensões concedidas  
pelo regime de que  
trata este artigo que  
superem o limite  
máximo estabelecido  
para os benefícios do  
regime geral de  
previdência social de  
que trata o art. 201,  
com percentual igual  
ao estabelecido para  
os servidores





SERENCOVICH

titulares de cargos  
efetivos

§ 19. Observados  
critérios a serem  
estabelecidos em lei  
do respectivo ente  
federativo, o servidor  
titular de cargo  
efetivo que tenha  
completado as  
exigências para a  
aposentadoria  
voluntária e que opte  
por permanecer em  
atividade poderá fazer  
jus a um abono de  
permanência  
equivalente, no  
máximo, ao valor da  
sua contribuição  
previdenciária, até  
completar a idade para  
aposentadoria  
compulsória

**Art. 195.** A seguridade  
social será financiada  
por toda a sociedade,



SERENCOVICH

de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;



SERENCOVICH

Os artigos que dispõe sobre previdência social estabelecidos em Lei Municipal, junto a Constituição Federal, apresenta regramentos ao regime geral de Previdência, fazendo também, menção ao Regime Próprio de Previdência, **deixando a cargo da legislação do ente federativo (Município)**, salvo aos Regimes de Previdências Própria de natureza complementar. (negritei)

Disciplina o inciso III, do § 1º do art. 40, da Carta Magna, que o servidor abrangido por regime próprio de previdência social, será aposentado, no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

Sendo que, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e **Leis Orgânicas**, observados



SERENCOVICH

o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.  
(negritei)

Da mesma forma reza o parágrafo §3º, do art. 40, da Constituição, que as regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, que no caso em tela, é a municipalidade.

Demonstra de forma incisiva, que a legislação municipal apresentada na Lei nº2.476/2006, **está em perfeita consonância com a Constituição Federal**, mesmo após algumas Emendas Constitucionais já editadas. (negritei)

Não havendo, portanto, nenhuma espécie de confronto legislativo para o caso em tela, até mesmo porque, a redação final do inciso III do §1º, artigo



SERENCOVICH

40 da CF/88, editada pela EC103/2019, disciplina que, "no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas<sup>2</sup>, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo." (sublinhei).

Nos termos da Legislação Maior, o servidor cumpriu todos os requisitos exigidos, para fazer jus ao benefício da aposentadoria integral, somente após a data de protocolo de requerimento administrativo.

#### **JURISPRUDÊNCIA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Conforme cópia da Portaria 01/98 de 22/12/1998, firmada pela Presidência da Câmara Municipal de Álvares Machado, no qual concedeu naquela

<sup>2</sup> Ocorreu a repristinação do dispositivo 68 da Lei Orgânica ou Não?





SERENCOVICH

oportunidade a aposentadoria por tempo de serviço ao então secretário administrativo Antônio Aparecido Garcia, assegurando todos os direitos e vantagens da Lei Municipal n.º 1.200/78, tendo sido inclusive parecer favorável do Egrégio TCESP, ainda que ante a ausência de retenção de contribuição previdenciária e IRPF.

Porém, referido ato foi produzido antes da vigência da Emenda Constitucional 20/98.

Em face ao ato administrativo em 21/06/2010, o Parecer n.º 0194/026/08 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relatou que segundo auditoria por ele realizada, naquela oportunidade havia apenas 01 único servidor estatutário admitido em 1986, ou seja, estando ciente da não ocorrência de recolhimento, quer por ele ou pela municipalidade, sendo tratado o caso como uma excepcionalidade, até para não ferir o consagrado princípio constitucional da igualdade.



SERENCOVICH

É de suma importância apresentar à colação o seguinte trecho do Parecer n.º 0194/026/08 do TCE/SP, que conclui pela impossibilidade de se carrear o prejuízo ao servidor pela desídia do Município. Senão corramos:

"- PESSOAL

Pela Lei Municipal 1854/9, o Município de Álvares Machado adotou o Regime Jurídico único Celetista aos servidores municipais, extinguindo, portanto o Regime da Previdência Social anterior, instituído pela Lei Municipal 1200/1978, assegurando, no entanto, a concessão de aposentadoria aos servidores ativos amparados pelo regime extinto e de pensão a seus dependentes, conforme inciso III,



SERENCOVICH

do artigo 4.º, da  
Orientação Normativa  
MPS/SPS n.º 01, de  
23/01/2007.

Segundo a auditoria,  
existe apenas 01 único  
servidor estatutário  
remanescente, admitido  
em 1986, sem que  
houvesse, contudo,  
qualquer recolhimento  
quer pelo servidor,  
quer pela própria  
Municipalidade,  
contrariando o artigo  
40 da Constituição  
Federal.

De nossa parte,  
entendemos que a  
excepcionalidade  
apurada (um único  
caso), possa ser  
tratada como tal, sem  
prejuízo ao servidor,  
por ocasião de sua  
aposentadoria,  
podendo, no entanto a  
matéria ser  
encaminhada a  
apreciação do



SERENCOVICH

*Ministério Público,  
dada a desídia  
demonstrada pelo  
Município em adotar  
medidas preconizadas  
pela Constituição  
Federal." (negritei)*

Dessa forma, temos que o gestor seguiu as orientações do Egrégio TCESP, até porque, vez que, instado a partir do ano de 2014 pelo referido órgão fiscalizador a vincular-se o servidor em tela, ao Regime Geral de Previdência Social, e o fez sem questionar.

Destacou em sua exordial que vem contribuindo normalmente com as contribuições previdenciárias, conforme relatado no próprio parecer n.º 22/2017, do Legislativo Municipal.

Inobstante a isso, em momento algum o servidor agiu com má-fé ou desídia, até mesmo porque, sempre adotou acompanhar as orientações do Egrégio Tribunal de



SERENCOVICH

Contas do Estado de São Paulo, não sendo aceitável que recaia sobre este servidor, um prejuízo a que não lhe deu causa, mas sim pela desídia da própria municipalidade, que deixou de contribuir para seus cofres, porém, não havendo prejuízos ao erário.

Disciplina o art. 30, inciso I, alínea "a" da Lei Federal n.º 8.212./91 responsabiliza o empregador, pelos recolhimentos das contribuições previdenciárias, não sendo possível prejudicar o servidor segurado.

Portanto, a ausência de criação da Autarquia para gerenciar o fundo de previdência, instituído pelo Município de Álvares Machado, bem como a ausência de contribuições mostram-se equivocadas, pois, não se pode querer transferir as obrigações que lhes cabiam ao único servidor estatutário em atividade no município, causando-lhe assim, inúmeros prejuízos.

Sem tocar na violação aos consagrados princípios constitucionais da

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

igualdade e razoabilidade, que lhe são garantidos pelo art.5º da CF/88.

Faz constar na fl. 134 do processo nº1016701-38.2017.8.26.0482, propriamente dito no terceiro parágrafo, delineado no ofício PM 268/2017, firmado pelo Prefeito José Carlos Cabrera Parra, que:

"Todas as aposentadorias/pensões foram registradas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e de 2010 até a presente data, não ocorreu qualquer determinação ou recomendação para descontos previdenciário aos aposentados e ou pensionistas que fizeram jus a Lei Complementar nº1200/78, por parte do referido Egrégio Tribunal de Contas."



SERENCOVICH



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE AUDITORES

**PROCESSO:** eTC-011148/989/16  
**ÓRGÃO:** FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
ESTATUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO  
**RESPONSÁVEL:** JOSÉ ALBERTO GIMENEZ (PREFEITO)  
**ASSUNTO:** APOSENTADORIA  
**INTERESSADOS:** ALMERITA MARIA DOS SANTOS E OUTROS  
**EXERCÍCIO:** 2015  
**INSTRUÇÃO:** UR-06/RIBEIRÃO PRETO / DSF-I

**EXTRATO:** Pelos fundamentos expostos na sentença referida, **JULGO LEGAIS** os atos de aposentadoria em exame, determinando o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e.TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

## DECISÕES JUDICIAIS

A decisão do Douto Magistrado "a quo", de fls. 350/354, foi proferida com base nos consequentes fundamentos jurídicos:

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999



SERENCOVICH

Em primeira instância, o pedido do autor foi julgado parcialmente procedente o mandado de segurança, fazendo-o para o fim de conceder em parte a ordem postulada, no sentido de **RECONHECER que o período em que o impetrante laborou como auxiliar de escritório junto à Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 01/04/1983 a 31/12/1985, deve ser computado para fins de aposentadoria**, cabendo à Administração, a análise dos demais requisitos para a concessão da aposentadoria pretendida. Julgou no mais, IMPROCEDENTE o pedido quanto ao período 01/01/79 e 30/12/1981 (serviço rural).

Observando que a sentença foi proferida na data de 25/10/2018, o servidor ainda, não fazia jus a todos os requisitos para a manutenção do benefício da aposentadoria integral, sendo esta completada nos termos da legislação municipal.

Ante o objeto da lide, a presente sentença não terá auto



SERENCOVICH

executoriedade, devendo-se aguardar eventual trânsito em julgado.

Julgando extinta a ação, em primeiro grau de jurisdição e com apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Decretou indevida verba honorária (art. 25, Lei 12.016/09). Decretando que o servidor arcasse com as custas processuais.

O teor da decisão, que acolheu o pedido ao direito de aposentadoria no regime próprio, restou vaga a respeitável decisão, quanto ao encargo pelo cumprimento da ordem de decretar a aposentadoria do servidor.

Ponderando que, no caso em tela, a legislação do Município de Álvares Machado, ao definir o regime próprio de previdência, não criou a Autarquia como gestora do regime de previdência, restando



SERENCOVICH

a cargo do município em Decretar a Aposentadoria.

Contudo, seria inviável a municipalidade criar uma autarquia, para administrar os fundos/recolhimentos, de um único servidor em atividade nesta situação, totalmente inviável.

Ante a decisão do Magistrado "a quo", que confirmou apenas o período trabalhado ao órgão público municipal, não foi possível concluir que o senhor Paulo José Vilalva Martins, atendeu a todos os requisitos estabelecidos pelo artigo 21 da Lei Municipal nº2.476/2006, que instituiu o regime próprio de previdência no município.

Contudo, em relação ao abono de permanência disciplinado pelo artigo 46, após o preenchimento de todos os requisitos regrado pelo artigo 21 da Lei 2.476/2006, apresenta a seguinte redação:

Art. 46 - O segurado  
ativo que tenha





SERENCOVICH

completado as  
exigências para a  
aposentadoria  
voluntária  
estabelecida nos  
artigos 21 e 41 e que  
opte a permanecer em  
atividade, fará jus a  
um abono de  
permanência  
equivalente ao valor  
da sua contribuição  
previdenciária até  
completar as  
exigências para  
aposentadoria  
compulsória contida no  
art. 20.

Estabeleceu a veneranda  
sentença, que o abono de permanência é  
indevido no caso em tela, vez que,  
efetivamente não foi descontado do servidor  
e tão pouco recolhido pelo servidor, sendo  
assim, não faz jus.

Em fase de apelação ao  
Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de



SERENCOVICH

São Paulo, em votação Unânime, assim pronunciou o v. acórdão nas fls. 443/447:

MANDADO DE SEGURANÇA  
Ação mandamental  
visando à averbação do  
tempo de serviço  
efetivamente prestado  
entre os anos de 1979  
a 1981 em empresa  
rural, e **entre 1983 a  
1985 no Poder  
Executivo Municipal  
Ordem parcialmente  
concedida em Primeiro  
Grau e confirmada por  
esta E. Corte de  
Justiça** A análise dos  
demais requisitos para  
a concessão da  
aposentadoria integral  
vindicada pelo  
Impetrante caberá à  
Administração Pública  
à luz da legislação  
municipal vigente, sem  
perder de vista o  
alcance do tempo de  
serviço público



SERENCOVICH

adquirido pela parte  
Observância da Sumula  
nº 729, do STF - R.  
sentença confirmada.  
Recurso improvido, com  
observação. (negritei)

Nas fls. 594/600, foi  
pronunciada a venerável decisão, em fase de  
Agravado Interno no Agravado em Recurso  
Especial, proferindo a seguinte ementa:

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E  
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO  
INTERNO NO AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL.  
APELAÇÃO EM MANDADO DE  
SEGURANÇA. OFENSA AOS  
ARTS. 489 E 1.022 DO  
CPC/2015 NÃO  
CONFIGURADA. SÚMULA  
7/STJ. FALTA DE  
IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA.  
APLICAÇÃO DA SÚMULA  
182/STJ

1. Trata-se de Agravado  
Interno contra decisão



SERENCOVICH

da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do Agravo em Recurso Especial por incidência da Súmula 182/STJ e por falta de impugnação específica à incidência da Súmula 7/STJ.

2. Inicialmente, a parte recorrente sustenta que o art. 1.022 do CPC/2015 foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Apenas indica os dispositivos legais sobre os quais se teria omitido a Corte estadual. Porém, deixa de tecer comentários sobre a tese jurídica suficientes para permitir o entendimento da controvérsia e a



SERENCOVICH

relevância dela para o julgamento da demanda.

3. Nas razões do Agravo de Instrumento, verifica-se que a parte agravante deixou de impugnar a decisão recorrida, limitando-se a reafirmar os argumentos do Recurso Especial.

4. Correto o *decisum* da Presidência que não conheceu do Agravo em Recurso Especial por incidência da Súmula 182/STJ e por falta de impugnação específica à incidência da Súmula 7/STJ, confirmando o juízo de prelibação que não admitiu o Recurso Especial por negativa de violação ao art. 1.022 do CPC e incidência das Súmulas 7/STJ e 280/STF. 5. Agravo Interno não provido.

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

Faz constar na fl., 600, dos autos, a expedição da certidão de trânsito em julgado, no dia 12 de março de 2021 inerente ao Recurso Especial.

A decisão do recurso Extraordinário, fez incluir-se na fl. 611, datado em 07/04/2021, relatado pelo Presidente Luiz Fux, proferindo o respeitável acórdão negando seguimento ao recurso, nos termos da alínea "c" do Inciso V do artigo 13 do Regimento Interno do STF.

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**COM AGRAVO 1.317.086**

**SÃO PAULO**

**REGISTRADO : MINISTRO**

**PRESIDENTE**

**RECTE. (S) : CAMARA**

**MUNICIPAL DE ALVARES**

**MACHADO**

**ADV. (A/S) : FABIANE**

**MARIA DE SAO JOSE**

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999



SERENCOVICH

**RECDO. (A/S)** : PAULO

JOSE VILLALVA MARTINS

**ADV. (A/S)** : ANDERSON

LUIZ FIGUEIRA MIRANDA

**DECISÃO:** Trata-se de recurso extraordinário com agravo contra decisão de inadmissão do recurso extraordinário.

Decido.

Analisados os autos, verifica-se que o acórdão recorrido foi publicado em 04/06/2019, tendo o recurso extraordinário sido interposto somente em 22/07/2019.

Dessa forma, ele é inadmissível,

porquanto

intempestivo, visto que foi interposto fora do prazo estabelecido no art. 1.003, § 5º, do CPC/15.

Segundo a firme jurisprudência da

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780

Fone (018) 3908-6666

PRESIDENTE BERNARDES/SP

Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000

Celulares (018) 9-9820-1999



SERENCOVICH

Corte, a ocorrência de  
feriado local,  
recesso, paralisação  
ou interrupção do  
expediente forense  
deve ser demonstrada,  
por documento idôneo,  
no ato da interposição  
do recurso manejado,  
conforme estabelecido  
no art. 1.003, § 6º,  
do CPC/15. Nesse  
sentido: ARE nº  
1.117.110/RJ-AgR,  
Segunda Turma, Rel.  
Min. **Gilmar Mendes**,  
DJe de 27/8/18; ARE nº  
1.120.473-ED-AgR,  
Segunda Turma, Rel.  
Min. **Dias Toffoli**, DJe  
de 29/6/18.

*Ex positis*, nego  
seguimento ao recurso  
(alínea c do inciso V  
do art. 13 do  
Regimento Interno do  
Supremo Tribunal  
Federal). **Havendo  
prévia fixação de  
honorários**



SERENCOVICH

advocatícios pelas  
instâncias de origem,  
seu valor monetário  
será majorado em 10%  
(dez por cento) em  
desfavor da parte  
recorrente, nos termos  
do art. 85, § 11, do  
Código de Processo  
Civil, observado os  
limites dos §§ 2º e 3º  
do referido artigo e a  
eventual concessão de  
justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 7 de abril  
de 2021. (negritei)

Da coeva decisão, foi  
apresentado pela Câmara Municipal Agravo  
Interno, sendo que também foi negado  
provimento, nos termos pronunciados, nas  
fls. 623/629:

O Plenário do Supremo  
Tribunal Federal, na



SERENCOVICH

conformidade da ata de julgamento virtual de 14 a 21/5/2021, por maioria, negou provimento ao agravo, com majoração de honorários advocatícios ao máximo legal em desfavor da parte recorrente, caso as instâncias de origem os tenham fixado (artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil), observados os limites dos §§ 2º e 3º e a eventual concessão de justiça gratuita, nos termos

**ARE 1317086 AGR / SP**

do voto do Relator, Ministro Luiz Fux (Presidente), vencido o Ministro Marco Aurélio. Afastada a aplicação da multa porquanto não atingida a unanimidade prevista





no § 4º do art. 1.021  
do CPC. (negritei)

A certidão de Trânsito em Julgado de fls. 631 do Recurso Extraordinário com Agravo, se deu em 18/06/2021, com baixa definitiva, com retorno dos autos a origem.

**DA AUSÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO**

No período posterior à 01/01/1986 (Câmara Municipal), consta que o recolhimento se iniciou no ano de 2014, (fl. 154 penúltimo parágrafo do processo) bem como que o servidor até a data de 14/07/2017, contava tão somente com total de 39 meses de contribuição previdenciária recolhida. (Fl. 136)

Todavia, não podemos deixar de mencionar que o recolhimento inerente à previdência do servidor, foi realizada



SERENCOVICH

junto ao INSS - Instituto Nacional de  
Seguridade Social, Regime Geral de  
Previdência e não ao Regime Próprio do  
Município de Alvares Machado, conforme  
sugestão na época, do Egrégio Tribunal de  
Contas do Estado de São Paulo, quando na  
verdade, segundo a legislação municipal, o  
recolhimento deveria ter sido realizado  
para os cofres do município, sendo a cota  
devida ao servidor de 11% (onze pontos  
percentuais).

Faz constar, ainda, que esse  
percentual sobre a cota do servidor,  
deveria ter sido retido pela Municipalidade  
sobre a remuneração do servidor.

Em relação aos descontos a  
título de contribuições previdenciárias,  
descontadas do servidor e recolhidas ao  
INSS, não pode ser exigidos novamente, e  
tão pouco é motivo para algum impedimento  
dos requisitos, pois, foram realizados, por  
orientação do Egrégio Tribunal de Contas do  
Estado de São Paulo, devendo, portanto, o  
município, tomar providências, no sentido



SERENCOVICH

de requisitar compensação de débito junto à União, sobre os valores recolhidos.

**DOS VALORES DA APOSENTADORIA DESDE O REQUERIMENTO DE CONCESSÃO ATÉ A DATA DO AFASTAMENTO DO SERVIDOR**

Na data do protocolo de requerimento de aposentadoria realizada pelo servidor, em 24/05/2017, o mesmo, pretendendo juntar o período de trabalho rural anterior a abril de 1983, não obtendo deferimento em decorrência de descumprimentos dos requisitos necessários.

Tal negativa da introdução do período de trabalho rural, foi confirmada através de decisão judicial, portanto, inquestionável.

Entretanto, após a data do protocolo de requerimento do pedido de aposentadoria, com a confirmação através de decisão judicial, delongaram-se por mais de 03 (três) anos, período este, que contribuiu para a complementação do



cumprimento de todos os requisitos exigidos em lei, para aposentadoria do servidor.

Inobstante a isso, após o protocolo de requerimento de pedido de aposentadoria, 24/05/2017, **deverão ser calculados não pela data do protocolo, mas sim, na data em que o servidor passou a cumprir todos os requisitos exigidos pelo art. 21 da Lei Municipal nº2.476/2006,** tempo de contribuição, idade mínima e período de 10 anos de efetivo exercício no serviço municipal e 05 (cinco) anos na mesma função em que se dará a aposentadoria:

Art. 21 - O segurado fará jus a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista do art. 47, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:





SERENCOVICH

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que dará a aposentadoria; e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher;

**CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS  
PELO SERVIDOR**

O servidor, tomou posse no serviço público no município de Alvares Machado em 1º de abril de 1.983.

Portanto, na data do requerimento de solicitação de





SERENCOVICH

aposentadoria em 24/05/2017, o servidor não havia preenchido todos os requisitos necessários para se aposentar, de acordo com a legislação vigente a época.

Destaca que o servidor, sacramentou a idade de 60 (sessenta) anos apenas em 07/11/2021.

Portanto, desatendia o requisito idade.

Em relação aos requisitos de 35 (trinta e cinco anos) de serviço público (contribuição), somente se completaram em 01/04/2018, posterior ao requerimento de aposentadoria.

Cumpria apenas, o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público municipal, e o período mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo, em que dará a aposentadoria.

**Em razão dos cumprimentos dos requisitos contidos no artigo 21, da Lei**



SERENCOVICH

Municipal nº2.476/2006, apenas cumpria o inciso I e II do artigo 21 na época do requerimento.

Faria jus portanto, o servidor perceber os valores inerentes ao período de aposentadoria, desde a data do cumprimento dos requisitos e não da data do requerimento administrativo.

Contudo, segundo consta nos autos, na época do requerimento de pedido de aposentadoria, invocou o dispositivo 68 da Lei Orgânica do Município, que já havia sido revogada pela Emenda Constitucional 20/98.

Neste diapasão, não podemos deixar de analisar as regras de transição, disciplinadas no artigo 41 e seguintes, da Lei Municipal nº2.476/2006.

Assim foi composto o artigo 43:



SERENCOVICH

Art. 43 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo artigo 21 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 41 e 42 desta lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente as seguintes condições:

- I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição se mulher;
- II - vinte e cinco anos de efetivo exercício público, federal, Estadual, Distrital ou Municipal, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo que se der a aposentadoria;



SERENCOVICH

III - idade mínima  
resultante da redução,  
relativamente aos  
limites de idade do art.  
21, II, de um ano de  
idade para cada ano de  
contribuição que exceder  
a condição prevista no  
inciso I do caput deste  
artigo.

Parágrafo único -  
Aplica-se ao valor dos  
proventos de  
aposentadorias  
concedidas com base  
neste artigo o disposto  
no artigo 45,  
observando-se igual  
critério de revisão às  
pensões derivadas dos  
proventos de servidores  
falecidos que tenham se  
aposentado em  
conformidade com este  
artigo.

De acordo com as diretrizes  
deste inciso III, do artigo 43, o servidor  
cumpriria os requisitos em 01/04/2019. ✓  
8/11





SERENCOVICH

Decidiu parcialmente o mérito a veneranda sentença do processo nº1016701-38.2017.8.26.0482, apenas em relação a questão do período trabalhado junto ao município de Alvares Machado/SP, ou seja, 01/04/1983 a 31/12/1985.

Lembrando que após a data de 31/12/1985 até a presente data o servidor se encontra em plena atividade laborativa.

Em afinidade ao período rural, homologado pela justiça, com data entre 01/01/1979 a 30/12/1981, este foi julgado improcedente pela r. decisão "a quo", sendo recorridos as instâncias superiores, sem apresentar nenhuma reforma.

Requer vênia para transcrever em ipsis litteris trecho da v. sentença:

"Logo, **JULGO**  
**PARCIALMENTE PROCEDENTE**  
o presente mandado de  
segurança, fazendo-o  
para o fim de conceder  
em parte a ordem

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

postulada, no sentido de **RECONHECER** que o período em que o impetrante lavrou como auxiliar de escritório junto a Prefeitura Municipal de alvares Machado, 01/04/1983 a 31/12/1985, deve ser computado para fins de aposentadoria pretendida, cabendo à Administração a análise dos demais requisitos para a concessão da aposentadoria pretendida. Julgo no mais, **IMPROCEDENTE** o pedido quanto ao período 01/01/1979 a 30/12/1981 (serviço rural)."

Invocou a exordial, os pressupostos do art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51. Contudo, deixou de observar, que essa legislação foi totalmente revogada pela Lei nº12.016/2009.

Em sede recursal, foi indeferido os benefícios da justiça gratuita requerida pelo servidor, que postulou o valor da causa no importe de



SERENCOVICH

R\$1.000,00 (um mil reais), ocasião em que foi proferido despacho para recolhimento das custas.

Foi chamado ao feito, para intervenção o Ministério Público, que decidiu por não intervir.

Nas fls. 338/344, em decisão monocrática, assim proferiu o Douto Desembargador, "Pelo exposto, **ANULO** a r. sentença, determinando a remessa dos autos à origem. Prejudicado o exame do recurso."

Do mesmo modo, foi proferida nas fls. 350/354 a v. decisão "a quo":

Logo, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o presente mandado de segurança, fazendo-o para o fim de conceder em parte a ordem postula, no sentido de **RECONHECER** que o período em que o impetrante laborou como auxiliar de escritório junto à Prefeitura Municipal de Álvares Machado, 01/04/1983 a 31/12/1985, deve ser computado para fins de aposentadoria, cabendo à Administração a análise dos demais requisitos



SERENCOVICH

para a concessão da aposentadoria pretendida. Julgo no mais, **IMPROCEDENTE** o pedido quanto ao período 01/01/79 e 30/12/1981 (serviço rural).

Diante do objeto da lide, a presente sentença não terá auto executóriedade, devendo-se aguardar eventual trânsito em julgado, Julgo extinta a ação, em primeiro grau de jurisdição e com apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, I, do NCPC.

Indevida verba honorária (art. 25, Lei 12.016/09). Arcarão as impetrantes com as custas processuais.

Houve após a publicação da r. decisão, a propositura de embargos de declaração, que fora rejeitado.

Em sequência foi apresentado apelação por parte do servidor, invocando a observância do cumprimento dos requisitos, devidamente combatido pelas contrarrazões.

O acórdão foi proferido nas fls., 441/442, negando provimento ao recurso de apelação com votação unânime.



SERENCOVICH

Sobre esta decisão, foi apresentado novos embargos de declaração, desta vez, pela Câmara Municipal, ora apelada, sendo rejeitada em votação unânime, conforme as fls., 459/465.

Em face a veneranda decisão a Câmara Municipal nas fls., 468/480, requerendo que:

Ao final, requer a Recorrente o provimento do Recurso Extraordinário, em decorrência da violação ao art. 40, caput, inciso III, alíneas "a" e "b" e §4º, art. 149, caput, § 1º e art. 195, caput, incisos I, II e § 5º da Constituição Federal (com a nova redação dada pela EC 20/1998, 41/2003, 47/2005), bem como a súmula 359 do STF, para que, com a anulação ou reforma da decisão recorrida, sejam esclarecidos todos os pontos omissos e julgados improcedentes os pedidos da petição inicial.





SERENCOVICH

Em sequência foram apresentadas pelo servidor, contrarrazões nas fls., 504/511.

Na fl. 516, no julgamento virtual, o Relator negou provimento ao recurso do impetrante, mantendo a r. sentença que concedeu parcialmente a segurança, com observações (fls. 442/447, com acórdão publicado nas fls. 517/520.

Deixando registrado, que no venerando acórdão, a necessidade do recolhimento da contribuição previdenciária do julgado, pois o, veredito anteriormente sustentado se coaduna com a jurisprudência da Corte Superior.

Em relação ao Recurso Espacial, entendeu a Corte que não merece trânsito.

Nas fls. 528/535, apresentou Agravo em Recurso Extraordinário, sendo que nas fls. 536/537, inadmitiu o recurso, desmerecendo trânsito.





SERENCOVICH

Nas fls. 539/535, apresentou Agravo em Recurso Especial, sendo indeferido pela Egrégia Corte seu prosseguimento.

Ao final foi proposto pelo servidor o Agravo Interno, sendo negado seu provimento, nas fls. 596/600.

No despacho proferido pelo Ministro FUX, o qual negou provimento, destacou que, "havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observado os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita."

Ao final na fl. 631 na data de 18/06/2021, foi publicado a certidão do trânsito em Julgado da demanda, com a consequente baixa definitiva dos autos.



SERENCOVICH

## DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO

No tocante o recolhimento das contribuições previdenciárias, estas deveriam terem sido recolhidas aos caixas públicos. Porém, diante do parecer técnico expedido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para recolher junto aos cofres do INSS, entende este parecerista que deve permanecer até novo posicionamento do TCESP, ou aposentadoria definitiva do servidor.

## DOS CALCULOS

Este parecer deixa de apresentar os cálculos, em relação ao período pós requerimento que faria jus em caso do cumprimento de todos os requisitos, firmados no requerimento administrativo, ou na peça vestibular.

Portanto, a veneranda decisão "a quo" julgou procedente apenas em relação ao período trabalhado para o órgão público,



SERENCOVICH

nada pronunciando a respeito dos outros requisitos exigidos em lei, deixando o mesmo, sobre critérios avaliação do órgão público avaliar, se o servidor atendia a todos os requisitos para fazer jus ao benefício da aposentadoria integral, conforme pretendido.

#### DA CONCLUSÃO TÉCNICA

Nada obstante, entende este parecerista que o aludido artigo 43, inciso III da Lei Municipal nº2476/2006, No qual o servidor poderia fazer jus à aposentadoria, em decorrência do tempo transcorrido durante o julgamento do feito, este dispositivo não foi invocado no requerimento, e tão pouco na exordial, portanto, apreende na administração pública, que não se pode conceder ao servidor, tal benefício como no caso em tela, o que não foi requerido INICIALMENTE!

Diante do *ex positis*, opina este parecerista ao órgão solicitante, pelo **INDEFERIMENTO** da rogativa do servidor, em

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999





SERENCOVICH

face ao requerimento administrativo, protocolizado na data de 24/05/2017, que fulminou no feito de nº1016701-38.2017.8.26.0482.

Conclui ainda, que no caso de protocolo de novo requerimento administrativo, solicitando o servidor a sua aposentadoria, esta, deverá ser deferida de forma integral, pois, nesta data preenche todos os requisitos obrigatórios, devendo apenas, a publicação do ato do Presidente da Câmara Municipal.

SMJ.

Alvares Machado/SP, 26 de janeiro de 2022.

**FÁBIO SERENCOVICH**

ADVOGADO OAB/SP 295.992

ESPECIALISTA EM DIREITO PÚBLICO

---

PRESIDENTE PRUDENTE/SP  
Rua Francisco Gomes nº75, sala 03 térreo, Jd. Paulistano – CEP 19.013-780  
Fone (018) 3908-6666  
PRESIDENTE BERNARDES/SP  
Rua José Pretti nº197, Vila São Vicente – CEP 19.300-000  
Celulares (018) 9-9820-1999